

AS RELAÇÕES URSS-ÁFRICA NOS ANOS 1970-1980: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS MOTIVAÇÕES, CONDICIONANTES E IMPACTOS

Paulo G. Fagundes Visentini¹



Introdução

A atualidade do tema das relações da URSS com países africanos nos anos 1970 e 1980, se baseia na revisão de uma dimensão da historiografia *mainstream* da Guerra Fria e na atual interação russo-africana, que possui raízes mais antigas, indispensáveis para sua compreensão. As relações entre a URSS e a África constituem uma lacuna historiográfica, dominada por obras sutilmente instrumentais, produzidas no contexto do acirramento tardio da Guerra Fria no continente. Nesse contexto, o texto apresentado se baseia em uma pesquisa em andamento. Em dois artigos anteriores, aqui tomados como ponto de partida, foram abordadas as Revoluções africanas dos anos 1970 e 1980 e, na sequência, os Regimes Militares Marxistas africanos no mesmo período. Daí emergiram questões relevantes, como o perfil das relações entre o Segundo e o Terceiro Mundo, e a duplicação do número de Estados autoproclamados socialistas de viés marxista-leninista, todos eles surgidos na periferia (saltando de 14 para 30). Dois terços dos novos regimes eram africanos.

Neste contexto, o presente artigo analisa as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados nas décadas de 1970-1980. O foco de análise são as motivações recíprocas, os elementos condicionantes e os impactos e legados decorrentes destas. Este processo adquiriu relevância tardiamente, em um curto período de duas décadas (1969-89),

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS e Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, ECEME. Porto Alegre e Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-8874>.

sendo direcionado a alguns países, mas foi intenso (algumas vezes motivado por Cuba) e teve impacto relevante na transformação da África. Considera-se que as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, e que nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África (Coker 1985).

Os países em foco são os que implantaram regimes de orientação socialista via Movimentos de Libertação Nacional ou Golpes Militares: Angola, Moçambique, Etiópia, Somália, Madagascar, República Popular do Congo, Benin, Burkina Faso e Seicheles. A URSS também apoiou ativamente os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra os regimes racistas do Zimbábue (Organização do Povo Africano do Zimbábue/ZAPU), da Namíbia (Organização do Povo do Sudoeste Africano/SAWPO) e da África do Sul (Congresso Nacional Africano e Partido Comunista da África do Sul/ANC-CPSA).

O artigo também busca identificar a percepção soviética sobre esses países, por meio dos conceitos de Estados de *Orientação Socialista* e *Via Não Capitalista de Desenvolvimento*, formuladas pela Academia de Ciências da URSS. Da mesma forma, procura compreender a percepção e expectativa dos atores africanos sobre o bloco socialista e a cooperação bilateral, encerrando com uma reavaliação dos efeitos dessa relação. Normalmente encarado como tendo sido um “fracasso”, há, contudo, elementos neste processo que indicam um outro resultado na evolução ulterior das nações analisadas, apesar dos imensos custos humanos na época. Com raras exceções, atualmente são Estados modernizados com crescente capacidade estatal e significativo protagonismo internacional.

Em meados da década de 1970, o Estado soviético era poderoso militarmente, mas estava em relativa estagnação econômica e pressão diplomática naquela época. Então, como foi possível o paradoxo da superpotência soviética ter se projetado à África e ao Terceiro Mundo, justamente quando enfrentava dificuldades? Uma explicação plausível é que a motivação partiu de fatores locais, que foram predominantes, durante a crise dos anos 1970 e o desequilíbrio da ordem mundial, que ocorria paralelamente. A cautelosa e vacilante política soviética para os Movimentos de Libertação Nacional, num curto espaço de tempo, teve que se posicionar diante das Revoluções Africanas e governos Militares que adotaram regimes socialistas e buscaram apoio diplomático-militar e econômico no campo soviético (Halliday 1999).

Justo em seu declínio, a URSS e outros países socialistas industrializados se envolveram nas Revoluções do Terceiro Mundo (Sul Geopolítico), ainda que relativamente enquadrados pela diplomacia estatal formal

vigente no sistema internacional. O literato italiano Franco Fortini, durante as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa, quando caíam os regimes do Leste Europeu em 1989, disse que “cada Revolução, antes de ser varrida, acende-se por um instante para iluminar as razões daquela que virá” (Fortini 1989, s.p.). Com a reação da Era Reagan, as condições de tal relação se tornaram muito difíceis: Nova Guerra Fria, aprofundamento dos conflitos regionais africanos, problemas econômicos crescentes e, finalmente, o gradual abandono do apoio soviético sob Gorbachov e o próprio colapso da URSS, deixando os aliados africanos ao abandono (Westad 2007).

Em termos específicos, são analisados os casos relacionados no resumo, questionando e contextualizando argumentos como o apoio aos Movimentos de Libertação Nacional para, supostamente, propagar uma Revolução Mundial, uma ação de superpotência com fins geopolíticos e interesses econômicos em explorar recursos dos aliados africanos. Na sequência, serão analisados temas como o papel da rivalidade sino-soviética e da convergência sino-americana na África (impactos regionais e mundiais) e a oportunidade surgida com as revoluções e os regimes militares convertidos em marxistas (Gromiko 1983). O papel ativo de Cuba e o discreto protagonismo alemão-oriental deram suporte ao oportunismo logístico-militar soviético de compensar reveses como a perda da aliança com o Egito e a disputa com a China. Nesse ponto, ganham sentido os referidos conceitos elaborados pelo Partido Comunista e pela Academia de Ciências da URSS para lidar com a inesperada realidade: *Estados de Orientação Socialista* e *Via Não Capitalista de Desenvolvimento* (Agafónov 1984; Ivanov 1987).

Em Moscou havia um debate interno e uma complexa estrutura multinível de formulação e implementação de política externa. No caso africano, os principais protagonistas do processo decisório soviético foram o Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o Comitê Central e o Complexo Industrial-Militar, entre outros. E, por fim, sintetizando e aprofundando o que foi estudado nos dois artigos anteriores, consideram-se os interesses das lideranças africanas, suas percepções, necessidades, dificuldades, expectativas e frustrações (Visentini 2012).

Aspectos teórico-metodológicos

O marco teórico se embasa, primordialmente, nas análises desenvolvidas na obra *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great*

power², de autoria de Fred Halliday, bem como em *Repensando as Relações Internacionais* e outros estudos do mesmo autor, identificados na bibliografia. No tocante ao caso dos Regimes Militares Marxistas, há três obras de grande relevância, com aportes teóricos à questão: Hughes (1992), Markakis (1986) e Ottaway (1982).

Academicamente, as Relações Internacionais iniciaram como estudo da guerra como ato agressivo racional e deliberado, e não como a internacionalização de um conflito social. A própria Carta da ONU encara a ordem mundial como se ela fosse separada da situação interna dos Estados. Na mesma linha, a Ciência Política anglo-americana considera a Revolução como uma quebra de processos regulares. Até a publicação da obra de Theda Skocpol (que, em boa medida atualiza “As origens sociais da ditadura e da democracia” de Barrington Moore Jr), as Revoluções eram encaradas como fenômenos internos. Jack Gladstone et al. (1991), por sua vez, enfatizou que fatores internacionais, tais como pressões econômico-fiscais e política de alianças desestabilizadoras, debilitavam o Estado e provocavam revoluções.

Realistas e neorrealistas como Kenneth Waltz, ao não relacionarem as dimensões interna e externa, ignoram que a maioria das alianças visam impedir as revoluções dentro de Estados membro. Cabe destacar que toda a revolução busca internacionalizar-se, da mesma forma que a contrarrevolução (busca de homogeneidade), geralmente sem sucesso. Assim, os limites da “exportação da Revolução” (ou da contrarrevolução), geram tréguas, redução da retórica ideológica e uma postura mais diplomática. Todavia, isso não significa que as revoluções tenham sido “socializadas”, pois, segundo Halliday, “enquanto suas ordens internas pós-revolucionárias permanecerem intactas, elas continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados” (1999, 187).

Para a sociologia histórica, o “internacional” criou o Estado, e não o contrário, e no tocante aos processos revolucionários aqui estudados em sua dimensão internacional, cabe ressaltar que guerras geram revoluções e vice-versa. Nos casos analisados, por exemplo, percebe-se que as revoluções dos anos 1970 levaram a guerras convencionais na periferia (com envolvimento de grandes potências), para as quais a comunidade internacional não estava preparada. Além disso, no plano regional, o maior impacto não é tanto a ação deliberada, mas o exemplo, que serve de catalisador contra a ordem estabelecida.

2 Halliday, Fred. 1999. *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*. London: Macmillan Press,

Mesmo o marxismo, que supostamente poderia explicar as revoluções que produz, possui limitações explicativas. Uma delas é ter poucos elementos para analisar as diferenças entre as várias revoluções e a persistência da questão nacional. Uma exceção se encontra em Brucan (1974). Outro é que a ênfase nos elementos “infraestruturais” os conduz a uma análise que privilegia as relações capitalistas sistêmicas em escala global. Paradoxalmente, pouca atenção é dada às possibilidades de revoluções. Wallerstein, por exemplo, aposta nos movimentos sociais anti-sistêmicos e Arrighi navega pelos ciclos econômicos, sem um lugar de destaque para as *rupturas* das revoluções nem lidar adequadamente com Estados que romperam com o modelo capitalista. Pensam o sistema internacional como um sistema socioeconômico global (capitalista) sobreposto a estruturas políticas secundárias.

Metodologicamente, Halliday sugere quatro instrumentos que serão utilizados como elementos de pesquisa: a) **causa**: até que ponto o “internacional” produz a revolução; b) **política externa**: como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; c) **respostas**: qual é a reação dos outros Estados; d) **formação**: como, num período mais longo, os fatores internacionais e do sistema mundial constroem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica.

O gradativo envolvimento soviético na África revolucionada

O objetivo mais amplo desta análise consiste em contribuir para a discussão da política externa socialista e/ou revolucionária no contexto da História das Relações Internacionais, a partir do caso da interação entre uma superpotência socialista e regimes autoproclamados socialistas africanos. O marco temporal são os anos 1970 e 1980, identificando as motivações políticas, condicionantes históricos e impactos das relações da URSS com Estados Africanos, com os quais houve interação relevante como aliados e adversários. Os países em foco são Angola, Moçambique (independentes através da ação de Movimentos de Libertação Nacional), Etiópia, Madagascar, República Popular do Congo, Benin, Burkina Faso, Seicheles e Somália (já independentes da França, exceto os dois últimos, em que golpes militares estabeleceram regimes socialistas). E, também, os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra os regimes racistas do Zimbábue (ZAPU), da Namíbia (SAWPO) e da África do Sul (ANC/PCSA) (Shubin 2008).

A abordagem enfoca, prioritariamente, o grau de envolvimento soviético em cada país. Na Etiópia e na Somália, onde houve inversão de alianças, a presença soviética e cubana foi intensa, devido à Guerra do Ogaden e os conflitos separatistas etíopes. Da mesma forma, em Angola houve guerra civil, com intervenções do Zaire e da África do Sul, além de envolvimento indireto dos Estados Unidos e da China, que geraram uma guerra convencional na qual cubanos apoiavam, com tropas de combate, o MPLA e contavam com armamento, logística e assessores soviéticos. Em Moçambique, o apoio cubano-soviético foi limitado, mas o alemão-oriental foi importante. Todavia, a África do Sul e a Rodésia racistas se sentiam ameaçadas e buscaram desestabilizar militarmente seus novos vizinhos revolucionários. A resposta foi a formação dos *Estados da Linha de Frente* (Tanzânia, Zâmbia, Botsuana, Angola, Moçambique e, após 1980, Zimbábue). Para responder ao desafio, receberam apoio soviético múltiplo, tendo a URSS preparado militarmente os Movimentos de Libertação contra tais regimes. Esse apoio criou laços políticos e interpessoais com Moscou, que permaneceram quando chegaram ao poder e a URSS não mais existia (Shubin 2008).

Já os Estados francófonos eram menos relevantes para os soviéticos e ainda tinham forte dependência em relação à França, o que sugeria cautela, pois, no plano mundial, Paris abandonara a OTAN e representava um contrapeso aos anglo-americanos. Madagascar e Seicheles (essa anglófona e não militar) eram elementos de luta contra o *Apartheid* e a militarização do Oceano Índico pelos EUA e a primeira teve um apoio médio. Também foi o caso da pequena República Popular do Congo (Brazzaville), que era rica em petróleo, com forte esquerda nacional e importante para o apoio à Angola e suas jazidas de petróleo em Cabinda. Já Benin e Burkina Faso tiveram menor relevância, mas valem como exemplo de países frágeis socialmente, de baixa relevância estratégica e econômica, mas que politicamente não poderiam ser ignorados. Em todos houve presença e atuação cubana e formação de quadros por todos os países do campo socialista e projetos de cooperação ao desenvolvimento e segurança (Silveiro González 2018).

O ponto de partida deve ser a análise histórica sobre a política externa soviética em seu processo decisório geral, o lugar do mundo colonial e, em particular, da quase desconhecida África na fase de Stalin e Krushov. Esse último começou a visualizar o papel da descolonização como relevante, mas teve resultados decepcionantes em suas voluntaristas iniciativas africanas, como na Gana de N’Krumah, na Guiné de Sékou Touré e no Congo de Lumumba. A URSS carecia de africanistas e de conhecimento aprofundado sobre o continente, além de não ver maior relevância estratégica na África. A relação com os Movimentos de Libertação Nacional também era limitada,

retórica e superficial. O primeiro objetivo era a defesa da URSS, seja como “Pátria do Socialismo”, seja como Estado russo, e para tanto era necessário manter uma *détente* com os EUA e sua OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Portanto, buscava evitar “aventuras revolucionárias” contra-producentes na área geopolítica adversária. Na mesma linha, era necessário explorar a rivalidade da França com os anglo-americanos na OTAN e com o rearmamento da Alemanha Ocidental, e isso incluía não confrontar diretamente o colonialismo e o neocolonialismo francês na África.

O que fez, então, a URSS voltar a se envolver na África? Apesar dos reveses anteriores, no início da década de 1970, contudo, a situação se alterou de forma rápida, intensa e inesperada. Como **desafio**, ocorreu um giro de 180 graus no Egito de Sadat, que expulsa os conselheiros soviéticos e se aproxima de Israel e dos Estados Unidos (perda de posição no Oriente Médio), bem como a desafiadora competição com a China (desde 1971 aliada aos EUA) na África. Como **oportunidade**, a Revolução dos Cravos em Portugal teve impacto em Angola e Moçambique, a Revolução Etíope derrubava um sólido aliado dos EUA na região, que também era derrotado no Vietnã. A URSS de Brejnev viu a *détente* se alterar e teve de reagir, compensando perdas e aproveitando oportunidades, mas sua diplomacia era, predominantemente, reativa.

E, para tanto, teve que contar com Cuba, que possuía forte presença, iniciativa e conexão com a África (Leogrande 1980). Desde a quarta Conferência dos Países Não Alinhados (Argel 1973), Fidel Castro explorou a situação africana e estabeleceu uma cooperação estratégica com a URSS. Também vários países do Leste Europeu tinham interesse no continente e os Movimentos de Libertação Nacional buscavam avidamente apoio externo. O processo tornou-se mais agudo quando a independência de Angola começava a se tornar uma Guerra Civil com intervenção da África do Sul e do Congo/Zaire, com apoio norte-americano e chinês. O mesmo ocorreu com a inversão de alianças no Chifre da África, com o apoio soviético passando da Somália para a Etiópia revolucionária (Cardoso 2020).

Qual foi a intensidade da interação e quais os objetivos da URSS na África durante estas duas décadas? A conjuntura demonstrou que Cuba e vários líderes africanos tomavam iniciativas que colocavam o Kremlin diante de fatos consumados, tendo que se envolver econômica, diplomática e militarmente. Angola e a África Austral se tornaram palco de uma Guerra Civil internacionalizada, assim como o Chifre da África (Telepneva 2014; Halliday 1983). O envolvimento diplomático-militar de Moscou, apesar de intenso, foi diferenciado e cuidadoso, desenvolvendo uma diplomacia que buscava adequar-se à Organização da Unidade Africana (OUA), no tocante à manu-

tenção das fronteiras e contra os regimes racistas condenados pela ONU e pela OUA. Apesar de contribuir com o envio de equipamentos, armas, assessores e informações de inteligência, as tropas de combate eram, quase essencialmente, cubanas.

No tocante aos aspectos diplomático-militares, a ajuda soviética foi decisiva para a sobrevivência dos novos regimes, mas a cooperação econômica se revelou insuficiente e pouco adequada. Com a chegada de Gorbachov ao poder em Moscou, o foco foi o gradual desengajamento soviético. Mas um aspecto muito interessante, que retardou o afastamento pretendido pela *Perestroika*, é que durante a cooperação foram forjados laços de camaradagem e amizade pessoal entre quadros médios africanos e soviéticos nas áreas militares, partidárias e de inteligência, o que gerou mecanismos de resistência às decisões dos dirigentes. Contavam com o apoio cubano e permitiram vitórias tardias, como a Batalha de Cuito-Cuanavale em Angola (1988), que contribuíram decisivamente para a independência da Namíbia, quando as negociações estavam estagnadas.

As percepções das Revoluções africanas sobre o socialismo soviético

Basicamente, havia cinco aspectos que os países africanos consideravam atrativos na experiência marxista soviética: 1) uma doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder; 2) uma estratégia de desenvolvimento econômico alternativa ao capitalismo liberal; 3) uma política de construção da nação (unitária ou federal) e do Estado; 4) uma ideologia de controle estatal e social; e 5) uma fonte de apoio internacional nos campos militar, diplomático e econômico (Fontaine 1982; Patman 1990; Ottaway 1982).

É necessário detalhar essa questão relevante: por que os líderes africanos revolucionários que chegaram ao poder na década de 1970 adotaram referências marxistas-leninistas e buscaram apoio no campo soviético? O marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista, segundo Clapham (1996). A Etiópia, por exemplo, era um antigo império, com estruturas feudais, dominada pela Igreja Ortodoxa, que havia passado por um período

de expansão, o qual a levou a controlar um território bastante amplo e com grandes diversidades étnicas.

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma *doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder*. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais — que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar —, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao *status quo* vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças. No caso dos *Regimes Militares Marxistas Africanos*, que chegavam ao poder através de um *Coup d'État*, “a usurpação do poder requer legitimidade através de uma alternativa crível ao regime derrubado. (...) Os soldados radicais compartilhavam a ilusão de que o socialismo poderia ser alcançado rapidamente e por decreto” (Markakis 1986, 4). Mais que isso, era necessário ocupar o espaço político da ultraesquerda civil, aliada que desafiava os novos detentores do poder.

Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma *doutrina de desenvolvimento*. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista do “Socialismo Africano” e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização.

Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a *construção da nação*, fosse ela *unitária* ou *multiétnica*, e a *construção do Estado*. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário

organizar um aparato capaz de dar conta da gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma *ideologia de controle estatal*.

Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como *fonte de apoio internacional* em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, foi geralmente concentrada no campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro. Com relação a esse quesito, Arnold Hughes (1992) argumenta que ele representa, igualmente, uma *garantia de soberania nacional*.

Hughes, acrescenta, ainda, outros três elementos adicionais que têm conexão com a cultura política africana. O Marxismo era percebido como uma *ideologia superior*, como uma alternativa ao capitalismo Ocidental e ao Socialismo Africano, considerados nos anos 1970 como projetos inoperantes para o continente. Através do marxismo, os grupos dirigentes se sentiam parte da modernidade socialista mundial, pois ele trazia um sentimento de segurança através de um discurso ideológico que permitia identificar os problemas e formular políticas e estratégias para solucioná-los.

Para vários líderes radicais africanos, o marxismo, além de ser uma estratégia racional, também teria as propriedades de um “*amuleto político*”, com “um charme quase mágico para prevenir as doenças políticas como o neocolonialismo e o subdesenvolvimento” (Hughes 1992, s.p.). Segundo Zolberg (*apud* Hughes 1992, 13), o *Planejamento* não era apenas um instrumento objetivo, “mas também *símbolo* de racionalidade, controle e ordem. A ideologia política se torna um encantamento que, genuinamente, transforma a realidade, e mesmo que nada aconteça, mudando a visão dos homens sobre isso”. Para ele, o “amuleto” capacitaria as elites inteligentes a controlar o futuro.

Por fim, especialmente para as classes médias, o regime marxista representava uma possibilidade de *autopromoção social*. O Estado constituía o principal provedor de empregos formais e o modelo de desenvolvimento socializante ampliava enormemente os postos de trabalho nesse setor. Mas não se tratava apenas de ganhos econômicos, pois amplos segmentos da juventude e da classe média acreditavam que a opção marxista oferecia a esperança de um futuro melhor. Ao remover grande parte das elites vincula-

das ao ex-colonizador, o regime abria espaço para a ascensão social e política de novos atores.

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século 20, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A Revolução na Mongólia, por circunstâncias particulares, faz parte desse período. A segunda onda decorreu dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, institucionalizados na Conferência de Yalta. Ela afetou o Leste Europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções nacionais autônomas da Iugoslávia e da Albânia. É importante ressaltar que existe uma nova historiografia que considera a existência de raízes revolucionárias autóctones mesmo nos países que integraram o Pacto de Varsóvia e dependeram de apoio internacional soviético.

A terceira onda, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Vietnamita fazem parte dessa fase. Essas revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século 20 ocorreram “na periferia do centro”. Isso porque as potências capitalistas industriais que dominavam o centro do sistema entraram em conflito aberto (corrida imperialista, Primeira e Segunda Guerras Mundiais) enquanto lutavam por redefinir o sistema mundial e, dentro dele, a posição hegemônica. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico, afetado pela gigantesca confrontação e transformação.

Finalmente, na quarta e última onda, da qual faz parte o fenômeno associado ao presente estudo, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iemanita e as africanas dos anos 1970. Elas ocorreram na segunda metade do século 20 “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad 2007). Dentre as referidas revoluções, apesar dos limitados recursos, duas acabaram se tornando paradigmáticas e tendo efeitos sistêmicos por todo o mundo: a cubana e a vietnamita. Evidente-

mente, elas estiveram ligadas e dependeram das duas grandes revoluções fundacionais (URSS e China), mas desenvolveram uma dinâmica própria. Portanto, a compreensão das relações URSS-Estados africanos no período 1970-1980 é fundamental para observar as motivações, condicionantes e impactos destes processos.

Motivações, condicionantes e impactos: resultados preliminares

No tocante às motivações, inicialmente observa-se que as originais e tardias Revoluções Africanas, tanto as resultantes de guerrilhas dos Movimentos de Libertação Nacional como as implantadas por via de Golpes de Estado por militares sem iniciação no marxismo, tiveram *origens fundamentalmente autóctones*. O alinhamento internacional com o campo soviético decorreu de necessidades que surgiram gradativamente, onde a ideologia foi ajustada conforme as circunstâncias. Importante lembrar que a URSS era, então, o único Membro Permanente do Conselho de Segurança integralmente favorável aos regimes revolucionários e Movimentos de Libertação anti-África do Sul.

A motivação soviética para apoiar tais regimes se baseava, conjuntamente, em fatores tático-oportunistas, explorados para responder a situações inesperadas da crise dos anos 1970, sem uma Grande Estratégia orientadora prévia, seja uma geopolítica global ou como “exportadora da Revolução”. As alterações negativas para Moscou no cenário internacional e a eclosão quase simultânea de várias revoluções, necessitavam de uma resposta soviética, para não perder seu prestígio no Terceiro Mundo e rebater a acusação chinesa de “social-imperialismo”. O processo decisório esteve longe de ser consensual, mas era em apoio a Estados reconhecidos internacionalmente, os quais sofriam agressões externas. E, acima de tudo, a União Soviética sofria a concorrência político-ideológica da China Popular (Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU desde 1971) por legitimidade junto aos países do Terceiro Mundo. Em decorrência disso, na África eles apoiavam movimentos e países rivais.

O apoio soviético aos Movimentos de Libertação Nacional opostos aos regimes racistas anglófonos da África Austral, diferentemente do oferecido aos Regimes Revolucionários, foi de “subversão” do *status quo*. Todavia, isso ocorria contra os regimes racistas da África do Sul e Rodésia, Estados sob ampla condenação internacional, mesmo por países Ocidentais. Havia uma espécie de guerra não-declarada entre a URSS e o regime do *Apartheid*,

a qual ia muito além das sanções diplomáticas parciais euro-americanas. A formação de quadros revolucionários foi o ponto mais forte, bem como o apoio em armas aos Estados da Linha de Frente, que eram desestabilizados pelos regimes racistas.

O *timing* do processo de conexão da URSS com os Estados Revolucionários Africanos aliados se deu em condições pouco favoráveis para ambos os lados. O que os soviéticos podiam oferecer era pouco diante do que a URSS dispunha e insuficiente para as necessidades dos aliados africanos. O grau de extroversão da economia soviética era muito limitado e concentrado no COMECON (Conselho de Assistência Mútua Econômica), além da despesa com o apoio à Cuba, Vietnã, Nicarágua, Etiópia, Iêmen do Sul e Afeganistão. Os Estados africanos revolucionários, que admiravam o modelo e as realizações da economia soviética, tinham a expectativa de receber ajuda econômica. À estas limitações, deve-se considerar que eram inúmeras revoluções, ocorridas em curto espaço de tempo, que teriam de ser ajudadas, algo inviável.

Por essa razão, vários deles solicitaram adesão ao COMECON, mas isso era inviável, dada a precariedade e desorganização econômica desses países, onde nem mesmo o regime estava consolidado e enfrentavam oposição armada. Com base nisso e nas experiências africanas prévias, foram forjados os conceitos de Via Não Capitalista de Desenvolvimento e de Estado de Orientação Socialista. Argumentavam que se tratava de regimes em transição, que deveriam criar uma economia mista, com um setor estatal, um cooperativo e outro privado, sem uma ruptura completa com a economia capitalista mundial. Paralelamente, deveriam construir o novo Estado e organizar e mobilizar a sociedade, em particular mulheres, jovens e trabalhadores.

O envio de armamentos e maquinário agrícola e industrial era, limitadamente, compensado por concessões na exploração de minérios e pesca. Todavia, muito pouco foi materializado, pois a insegurança interna e os problemas logísticos inviabilizavam tal cooperação. Mesmo assim, há autores, como Campbell (1986), que argumentam que o interesse da URSS na África era buscar suprimento de minérios e energia. Se a afirmação fosse correta, teria sido um mau negócio, pois os Estados africanos acumularam uma dívida enorme com Moscou, a qual, praticamente, não pôde ser paga. Tal argumento, assim como a ideia de que o Kremlin desejava “exportar a revolução” para a África, é típico das narrativas da Nova Guerra Fria.

A “década revolucionária” de 1970 foi sucedida pela “década conservadora” de 1980. Ao contrário do argumento dominante, que afirma que a cooperação URSS-África foi um fracasso, houve fatores construtivos como legado. Apesar dos sofrimentos causados pelas guerras, elas propiciaram a

ascensão dos Movimentos de Libertação na África Austral com o fim do *Apartheid*, a modernização da Etiópia e a sobrevivência e/ou modernização dos Estados africanos. A formação de quadros africanos, como administradores, médicos, técnicos industriais e agrícolas, professores e militares, entre outros, foi intensa e teve efeitos duradouros. Hoje, em muitos países eles voltam ao poder em governos progressistas.

Em suma, a URSS era importante para esse grupo de Estados Africanos nos seguintes aspectos: a) era o único Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU que, naquela época de aliança sino-americana, posicionava-se de forma assertiva ao seu lado; b) além de ser uma potência nuclear, surpreendeu por sua capacidade logística em enviar apoio militar massivo às distantes Angola e Etiópia; c) possuía uma sólida base tecnológico-industrial, a única independente das potências capitalistas; d) e dispunha de um modelo econômico e de organização estatal que era atrativo para jovens nações africanas que buscavam alternativas ao sistema neocolonial.

Assim, é necessário proceder a uma avaliação objetiva do impacto dos conflitos armados ocorridos nos marcos da cooperação soviético-africana. O terrível custo humanitário é bastante explorado na literatura histórica: mortos, feridos, mutilados, refugiados, órfãos e destruição material. Por outro lado, as sociedades recém independentes, bruscamente, tiveram que lidar com guerras envolvendo armamento e organização avançadas, exigindo esforço organizacional, que repercutiram na formação de quadros e estruturas político-administrativas. Como no caso dos Estados europeus, a guerra propiciou o aumento da capacidade estatal.

REFERÊNCIAS

- Agafónov, V. 1984. *O marxismo-leninismo sobre a via não capitalista de desenvolvimento*. Edições Progresso.
- Brucan, Silviu. 1974. *La disolución del poder: Sociología de las relaciones internacionales y políticas*. Siglo XXI.
- Campbell, Kurt. 1986. *Soviet Policy towards South Africa*. Macmillan Press.
- Cardoso, Nilton Fernandes. 2020. *Segurança Regional no Chifre da África*. Cebráfrica/UFRGS.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge University Press.
- Coker, Christopher. 1985. *NATO, The Warsaw Pact and Africa*. St. Martin's Press.
- Fontaine, André. 1982. *Histoire de la "détente" (1962-1981)*. Fayard.

- Fortini, Franco. 1989. "Robespierre". In *A Revolução Francesa, 1789-1989*.
- Gladstone, Jack, Robert Gurr, e Farrok Moshiri, (Eds.). 1991. *Revolutions of the Late Twentieth Century*. Westview.
- Gromiko, Anatoli, (Ed.). 1983. *African Countrie's Foreign Policy*. Progress Publishers.
- Halliday, Fred. 2007. *Repensando as relações internacionais*. Ed. da Universidade/UFRGS.
- Halliday, Fred. 1983. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Fondo de Cultura Econômi-
ca.
- Halliday, Fred. 1999. *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*. Macmillan Press.
- Hughes, Arnold, ed. 1992. *Marxism's Retreat from Africa*. Frank Cass (The Journal of Communism Studies).
- Ivanov, A. 1987. *Opção Socialista em África: Polémica Ideológica*. Edições Progresso..
- Leogrande, William. 1980. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. Institute of International Studies, University of California.
- Markakis, John (Ed.). 1986. *Military Marxist Regimes in Africa*. Frank Cass.
- Moore, Barrington Jr. 1975. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Cosmos.
- Ottaway, Marina. 1982. *Soviet and American Influence in the Horn of Africa*. Praeger.
- Patman, Robert. 1990. *The Soviet Union in the Horn of Africa*. Cambridge University Press.
- Shubin, Vladimir. 2008. "The "Hot Cold War": The USSR in Southern Africa'. Pluto Press/University of Kwazulu-Natal Press. <https://doi.org/10.5787/37-2-74>.
- Silverio González, Yoslán. 2018. *África Occidental: Crisis vs Estabilidad Política*. Palmarinca/CEBRAFRICA-UFRGS.
- Skocpol, Theda. 1979. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Telepneva, Natalia. 2014. "Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Old War (1961-1975)." Thesis, London School of Economics.
- Visentini, Paulo. 2012. *Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique*. Ed. UNESP.
- Westad, Odd Arne (Ed.). 2007. *The Global Cold War*. Cambridge University Press.

RESUMO

O artigo analisa as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados. O período estudado abarca as décadas de 1970-1980, com foco nas motivações recíprocas, nos elementos condicionantes e nos impactos e legados

decorrentes de tal relação. Este processo adquiriu relevância tardiamente, em um curto período de duas décadas (1969-89), esteve direcionado a alguns países, mas foi intenso (muitas vezes motivado por Cuba) e teve impacto relevante na transformação da África. Busca-se comprovar que as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África.

PALAVRAS-CHAVE

Diplomacia Soviética. Relações URSS-África. Regimes Socialistas Africanos.

Recebido em 11 de agosto de 2025

Aceito em 18 de agosto de 2025³

3 Como citar: Visentini, Paulo G. F. 2025. “As relações URSS-África nos anos 1970-1980: uma proposta analítica das motivações, condicionantes e impactos.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 34-49. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.149438>.